

# A Educação e Cultura: Caminhos Para o Desenvolvimento Regional

Joceli Mota Correa da Rocha<sup>1</sup>

**RESUMO:** O artigo tem como propósito fazer uma breve discussão conceitual do desenvolvimento e da cultura, bem como uma reflexão sobre a conexão da cultura e da educação. O objetivo deste estudo é demonstrar a importância da educação e cultura para a aprendizagem significativa, para o desenvolvimento humano e conseqüentemente qualidade de vida. A priori se discutiu acerca do desenvolvimento e da cultura para contextualizar o caminho e ligação da cultura com a educação e a importância desse binômio para a construção de uma sociedade democrática, mais justa, igualitária, com respeito às diversidades, multiculturalidade e interculturalidade. Utilizou-se de pesquisa bibliográfica documental e o estudo indicou a necessidade de formação docente continuada e de políticas públicas, sérias e comprometidas que atendam as demandas necessárias para o desenvolvimento humano como a educação e a cultura.

**PALAVRAS CHAVE:** Desenvolvimento humano. Cultura. Educação. Políticas Públicas.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como proposta expor as possíveis relações entre o desenvolvimento regional e a cultura, tecer uma discussão conceitual e por fim uma reflexão acerca da educação e a cultura como contribuição para o desenvolvimento humano e conseqüente qualidade de vida.

A partir do estudo é possível verificar que o conceito de desenvolvimento vem se construindo e o que se entendia enfatizava-se apenas as questões econômicas e ao longo do tempo os termos conceituais tomaram novos rumos como exposto em Santos (2012). Esses novos rumos conceituais do desenvolvimento vêm abordando outras questões como as várias dimensões do desenvolvimento humano, saúde, educação, felicidade e satisfação das pessoas, por exemplo.

Ao encontro das ideias de Santos, Sen (2000) traz para reflexão o fato de que cabe ao estado promover o fortalecimento e proteção das capacidades

---

<sup>1</sup> E-mail: [profmotacrocha@gmail.com](mailto:profmotacrocha@gmail.com). Doutoranda do DINTER UNISC/UNITAU de Desenvolvimento Regional.

das pessoas e assim faz-se necessário remover todas as possíveis fontes de privação da liberdade.

A cultura, conforme Ortiz (2008) precisa ser pensada, discutida, debatida e ser vista com a relevância que a mesma tem, uma vez que nas políticas públicas ela fica em segundo plano nos debates políticos e econômicos. Constata-se ainda, a partir do autor, que a cultura é muito mais ampla do que somente a arte.

Este estudo traz uma discussão do desenvolvimento e cultura para chegar à questão da educação como uma base para o desenvolvimento humano e dessa forma os estudos foram organizados para atender as ideias supracitadas

Entende-se que a educação e a cultura estão presentes na vida do ser humano, pode ser criação do homem, resultados de suas vivências e conhecimento de mundo e também pode ser criada por ele a partir das interações com outros e com a natureza.

A educação e cultura são apresentadas nesta análise como proposição para o desenvolvimento do ser humano e assim aproximar-se da teoria de Sen (2000) e Santos (2008) que colocam o homem em primordial nos quesitos desenvolvimento, liberdade, felicidade e equidade de direitos.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, artigo 206, inciso IX, “garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida”. todo ser humano tem direito à educação, ao seu acesso e permanência, porém para que isso aconteça, faz-se necessário o apoio, suporte e sustentação do estado. Ser alfabetizado e letrado permite avanços na sociedade, maior interpretação do mundo, permite colocar em prática sua cidadania e ser mais participativo na política.

A educação abre caminhos para o desenvolvimento pessoal e avanços econômicos, políticos e sociais do local em que as pessoas estão inseridas. Os resultados como autonomia, capacidade, competências e habilidades trabalhadas nos espaços sociais escolares se estendem para além dos muros escolares, refletindo na arte, na religião, no comércio, nas indústrias e em todos os locais ao qual o homem está presente.

Feitas as considerações iniciais, o presente estudo foi desenvolvido por pesquisa bibliográfica documental, revisitando a literatura do tema, com

abordagem qualitativa e assim apresenta o texto de forma estruturada em quatro partes.

A primeira parte é a introdução; a segunda parte, seção que discute os conceitos de desenvolvimento e cultura; a seção três reflete a importância da educação e da cultura como propulsoras do desenvolvimento humano; e a seção quatro apresenta as considerações finais do estudo abordando a necessidade de políticas públicas.

## **2 DESENVOLVIMENTO E CULTURA**

### **2.1 Desenvolvimento**

Esta seção busca descrever sobre o desenvolvimento regional e a cultura a partir de pesquisa bibliográfica e coloca em discussão o estado da arte. Para início cabe aqui expor, conforme Ortiz (2008, p. 1), que “não existe uma relação de necessidade entre os conceitos de cultura e desenvolvimento”.

Historicamente, Santos et al. (2012, p. 2) descrevem sobre o conceito de desenvolvimento, que o mesmo,

vem sendo construído com base em três visões paradigmáticas: desenvolvimento como crescimento econômico, desenvolvimento como satisfação das necessidades básicas e desenvolvimento como elemento de sustentabilidade socioambiental.

Desenvolvimento é uma palavra multifacetada, que tem como imediatos cognatos os termos “crescimento”, “progresso” e mais recentemente “sustentabilidade”, “humano” e “social”. Quando usada por economistas, há uma tendência para utilizar indicadores tais como PIB, índices de produtividade de setores de atividades produtivas, o nível de desenvolvimento tecnológico, tudo direcionando para o alvo do crescimento econômico. (GUERRA E SILVA, 2012, P.15)

Na concepção de Ortiz (2008) a noção de desenvolvimento pertence ao domínio da racionalidade, ela implica uma dimensão da sociedade na qual é possível atuar, desta ou daquela maneira. Neste sentido, ela não é constitutiva da sociedade. Trata-se de uma concepção datada historicamente. Nas sociedades passadas, tribais, cidade-Estado, impérios, ela não existia na forma como a conhecemos hoje (ORTIZ, 2008, p.3).

Assim, Santos et al. (2012, p.17) explicam que falar em desenvolvimento é falar também no seu contrário, é incluir no seu significado não apenas os elementos políticos, econômicos, sociais, ambientais, mas também elementos como o direito, a liberdade, a oportunidade e a equidade individual e coletiva.

Ainda de acordo com Santos et al. (2012), pode-se observar os tópicos que exploram de modo conceitual o desenvolvimento “a dimensão econômica do desenvolvimento - sociedade do crescimento; a dimensão política do desenvolvimento - invenção da modernidade; a dimensão social do desenvolvimento - sociedade do bem estar e a dimensão ambiental do desenvolvimento - sociedade sustentável”. Os autores destacam que a construção do conceito de desenvolvimento com base nas dimensões econômica, política, social e ambiental e entendem, assim tal conceito não pode ser visto de forma fragmentada, haja vista que todas essas dimensões estão presentes e se relacionam simultaneamente.

Desse modo, os fins e os meios do desenvolvimento exigem que a perspectiva da liberdade seja colocada no centro do palco. Nessa perspectiva, as pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas – dada a oportunidade – na conformação de seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento. O Estado e a sociedade têm papéis amplos no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas. São papéis de sustentação e não de entrega sob encomenda (SEN, 2000, p. 71).

Compreende-se a partir de Sen (2000) que as pessoas precisam ser vistas e sentirem-se ativas no processo de desenvolvimento e desse modo cabe ao Estado promover o fortalecimento e a proteção das capacidades humanas. Entende-se que ser privado dessas capacidades faz com que as pessoas tenham o sentimento de humilhação e falta de esperança em um dia alcançar a vida que desejam para de fato serem felizes.

Portanto, o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: a pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados opressivos (SEN, 2000, p. 18).

## 2.2 A Cultura

Não é tarefa fácil conceituar cultura, já que expressa uma variedade muito grande de fenômenos humanos e refere-se a um amplo e diversificado conjunto de interesses, são em número cada vez maior as áreas do conhecimento que investem na tentativa de alcançar uma conceituação do que vem a ser cultura. Assim, além da sociologia e da antropologia, áreas classicamente dedicadas à problemática, também avançam nesta direção os estudos comunicacionais, a ciência política, a história, a geografia, a crítica literária e, em anos mais recentes, a economia e a gestão. Daí a abundância de significados atribuídos à palavra cultura, como daí, também, a reconhecida escassez de consensos quanto ao que ela significa (LOIOLA E MIGUEZ, 2007, p. 6).

Observa-se que os documentos sobre “cultura e desenvolvimento” é nítido o mal-estar dos autores que os escrevem. Eles se queixam de que os bens culturais não são priorizados pelo pensamento econômico, que nas políticas governamentais “a cultura é deixada de lado”, perguntam-se ainda, “o que fazer com a cultura?”, e reiteradamente apontam para o fato dela ser mais ampla do que a simples idéia de arte (ORTIZ, 2008. p. 1).

Ao tratar da temática cultura Hall (1997, p. 2) aduz que “toda ação social é cultural e explica que os seres humanos são seres interpretativos e instituidores de sentidos”. Entende-se com o autor supracitado que a partir das ações sociais, os homens se comunicam, interagem, escutam e se comportam de modo que fica expresso a sua cultura.

Dito de outra forma, o termo desenvolvimento encobre realidades distintas e às vezes excludentes; da produção de bens culturais para o mercado global à defesa dos direitos humanos, como se entre tais objetivos existisse uma harmonia indiscutível (ORTIZ, 2008, p. 6).

Assim, a ação social é significativa tanto para aqueles que a praticam quanto para os que a observam: não em si mesma mas em razão dos muitos e variados sistemas de significado que os seres humanos utilizam para definir o que significam as coisas e para codificar, organizar e regular sua conduta uns em relação aos outros. Estes sistemas ou códigos de significado dão sentido às nossas ações. Eles nos permitem interpretar significativamente as ações alheias. Tomados em seu conjunto, eles constituem nossas "culturas". Contribuem para assegurar que toda ação social é "cultural", que todas as práticas sociais

expressam ou comunicam um significado e, neste sentido, são práticas de significação (HALL, 1997, p. 2).

Godoy e Santos (2014, p.2) destacam que assim como as práticas sociais têm dimensão cultural, outras práticas como a política e a economia também têm dimensão cultural. Essa ideia exposta pelos autores demonstra que em todos os espaços e dimensões é possível observar elementos que são da cultura. Uma vez que estas caracterizam-se como expressões humanas.

A expressão "centralidade da cultura" indica aqui a forma como a cultura penetra em cada recanto da vida social contemporânea, fazendo proliferar ambientes secundários, mediando tudo. A cultura está presente nas vozes e imagens incorpóreas que nos interpelam das telas, nos postos de gasolina. Ela é um elemento-chave no modo como o meio ambiente doméstico é atrelado, pelo consumo, às tendências e modas mundiais (HALL, 1997, p. 8).

Entende-se a partir do pensamento de HALL que a cultura está entrelaçada na humanidade e se faz presente nas diversas expressões artísticas, com nas pinturas, na música, no teatro, no cinema, na dança e em tantas outras manifestações no espaço social ao qual o homem está inserido. A cultura pode estar presente em qualquer espaço, na arquitetura, nos muros, paredes, nas vestimentas das pessoas, como na própria alimentação.

Cada pessoa em sua subjetividade tem sua cultura enraizada e traz características do passado como da própria família. Ao longo da história a cultura se constrói e se modifica, visto que as pessoas mudam e transformam os espaços ao qual estão inseridas e um exemplo disso pode ser a forma de consumo e o comportamento.

Em síntese, verifica-se que a cultura está associada a valores materiais e espirituais e seus elementos se dividem em: elementos da cultura material que pode ser exemplificada pelos museus, igrejas, obras de arte, vestuário e utensílios. Também os elementos da cultura Imaterial representados pelos rituais, as lendas, as festas, a linguagem, a culinária e outros.

Conforme UNESCO (2003) patrimônio cultural imaterial ou intangível se classifica como, o conjunto das manifestações culturais, tradicionais e populares, ou seja, as criações coletivas, emanadas de uma coletividade, fundadas sobre a tradição. Elas são transmitidas oral e gestualmente, e modificadas através do tempo por um processo de recriação coletiva. Integram esta modalidade de

patrimônio as línguas, as tradições orais, os costumes, a música, a dança, os ritos, os festivais, a medicina tradicional, as artes da mesa e o saber fazer dos artesanatos e das arquiteturas tradicionais (UNESCO, 1993).

Corá (2013, p.6) também explica que por meio da pesquisa e documentação, muito da tradição pode ser resgatada, pois como uma das características da cultura imaterial é a transmissão pela oralidade, muitas vezes os elementos da cultura podem ter ficado no esquecimento, como no caso da velha guarda do Samba, do Samba de Roda do tipo chula no recôncavo baiano, ou das histórias e saberes indígenas.

Nesse ínterim cabe apontar a relevância da relação entre as pessoas, bem como a comunicação que se estabelece entre elas e Alfaro (1993, p. 1) ressalta que a comunicação é dimensão básica da vida, das relações humanas e socioculturais na declaração que segue, “Queremos destacar que lo comunicativo es para nosotros una dimensión básica de la vida de las relaciones humanas y socioculturales”.

Ainda conforme a autora, há que se considerar a comunicação como pertinente nas relações, pois acredita-se que para que haja desenvolvimento as pessoas precisam desenvolver atividades juntas como, por exemplo, planejar e construir.

Si consideramos a la comunicación como una relación de interlocución entre sujetos, que influye en ambos, porque los compromete, en relación con su entorno, aceptaremos que las acciones de desarrollo suponen actividades constantes, cambiantes y cotidianas entre sujetos, aunque uno sea más fuerte que el otro. Proponer y realizar acciones de desarrollo apela a la construcción de relaciones subjetivas entre los que participan en ellas, que deben considerarse, aunque éstas sean difíciles de planificar (ALFARO 1993, p. 2).

O conceito de dimensão cultural do desenvolvimento foi formulado há quase 50 anos, durante a Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais na África (Africacult – Accra, Unesco/OEA, 1975), que salientou que “o desenvolvimento cultural não é somente um corretivo qualitativo do desenvolvimento, mas a verdadeira finalidade do progresso”. Mais de quatro décadas depois, ainda estamos longe da aceitação e da aplicação generalizadas desse princípio, mas é possível observar um inquestionável progresso em direção à compreensão de suas complexas implicações, tanto teóricas quanto práticas (KOVÁCS, 2020, p. 21).

O autor supracitado ainda destaca que a Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento constituída em 1992 pela UNESCO e pelas Nações Unidas contribuiu para uma reflexão mais profunda durante a redação do Relatório Final intitulado “A nossa diversidade”.

Cabe destacar que a análise desse relatório ainda é muito atual, conforme Kovács (2020, p. 23) [...] “Para a comissão, um desenvolvimento dissociado de seu contexto humano e cultural é um crescimento sem alma. O papel da cultura não se reduz a ser um meio para atingir fins, mas constitui a base social dos próprios fins”.

Foi aprovado pela AGNU- Assembleia Geral das Nações Unidas em setembro de 2015 a Resolução intitulada “Transformar o nosso Mundo” (Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável - A/Res/70/1). Ressalta-se que esta agenda das Nações Unidas é uma estratégia para orientar os esforços para o desenvolvimento sustentável no período que vai de 2015 a 2030, está estruturado em 17 ODS- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas que tem como foco estimular no período de 15 anos ações que sejam prioritárias.

Conforme supramencionado sobre as ODS, segue abaixo imagem que demonstra os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável expostos na Plataforma da Agenda 2030:



Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: [Plataforma Agenda 2030](#). Acesso em: 11 fev. 2021.

Constata-se que a cultura não está entre os 17 Objetivos, porém, de acordo com Kovács (2020, p.29) em várias partes da Agenda é possível observar menções à cultura como, por exemplo, na Introdução que traz uma referência ao princípio do respeito à diversidade cultural; ao se tratar da temática educação o objetivo 4 fala da promoção de uma cultura de paz, da valorização da



diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável; no objetivo 8 da temática crescimento econômico faz menção a promoção da cultura e dos produtos locais; no objetivo 11 sobre desenvolvimento urbano destaca a relevância de proteger o patrimônio cultural e natural do mundo; no objetivo 12 que trata da sustentabilidade do consumo e da produção reitera a referência à importância da promoção das culturas e dos produtos locais.

A cultura tem papel fundamental no desenvolvimento e por mais que não esteja em destaque nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, verifica-se sua relevância e que ela está nas entrelinhas de quatro objetivos não menos importantes.

Assim, acredita-se que o modelo de desenvolvimento que valorize e adapte o contexto da cultura local para soluções de sustentabilidade esteja no caminho do que é proposto na Agenda 2030. A cultura está presente em todos os espaços e ela se manifesta no fazer do ser humano, interpreta sentimentos, ações e comportamentos.

Os seres humanos são seres interpretativos, instituidores de sentido. A ação social é significativa tanto para aqueles que a praticam quanto para os que a observam: não em si mesma, mas em razão dos muitos e variados sistemas de significado que os seres humanos utilizam para definir o que significam as coisas e para codificar, organizar e regular sua conduta uns em relação aos outros. Estes sistemas ou códigos de significado dão sentido às nossas ações (HALL, 1997, p. 2).

### **3 EDUCAÇÃO E CULTURA UMA RELAÇÃO SIGNIFICATIVA**

Todo e qualquer cidadão tem direito à educação e conforme a Constituição Federal, a Carta Magna. O direito à educação pressupõe igualdade, uma conquista histórica na qual se pautam os dispositivos constitucionais brasileiros que mencionam a importância dos conteúdos mínimos e formação básica comum, o que não é facilmente garantido a partir das vontades individuais. Só a intervenção de um poder maior, o Estado, viabiliza fazer desse bem um ponto de partida inicial para uma igualdade de condições. Deste modo, um dos pressupostos das diretrizes que devem nortear os conteúdos curriculares

é o da igualdade de condições, assegurada e protegida pelo poder público (BRASIL, CF, art. 206, inciso I).

Falar da educação é também falar da cultura e Luzuriaga (1990, p.1) conceituou a história da educação como parte da história da cultura, tal como esta, por sua vez, é parte da história geral [...] a história da cultura se refere antes aos produtos da mente do homem, tais como se manifestam na arte, na técnica, na ciências, na moral ou na religião e em suas instituições correspondentes. A educação é uma dessas manifestações culturais; e também tem sua história.

Desse modo cabe destacar conforme a conceituação de Luzuriaga (1990), que tanto a educação como a cultura, ambas estão presentes na vida do homem desde a antiguidade e se manifestam no produto do meio como resultados antes ainda como frutos dos seus pensamentos.

Logo, a educação é a prática mais humana, considerando-se a profundidade e a amplitude de sua influência na existência dos homens, é prática fundamental da espécie, distinguindo o modo de ser cultural dos homens do modo natural de existir dos demais seres vivos (GADOTTI, 1996, p.11).

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

Acredita-se que por meio da educação as pessoas podem desenvolver capacidades, exercer sua cidadania, trocar saberes e dessa maneira contribuir para o desenvolvimento local de uma região. Porém, faz-se necessário uma educação que contemple as regionalidades, sua cultura de modo a valorizar as riquezas e diversidades que se fazem presente nas diversas regiões.

Barbosa (1995, p. 2) vem ao encontro desse pensamento e explica que a “educação poderia ser o mais eficiente caminho para estimular a consciência cultural do indivíduo, começando pelo reconhecimento e apreciação da cultura local”. A autora ainda destaca que a cultura indígena só é tolerada na escola sob a forma de folclore, de curiosidade e esoterismo; sempre como uma cultura de segunda categoria e que somente no século vinte, os movimentos de descolonização, e de liberação criaram a possibilidade política para que os povos

que tinham sido dominados reconhecessem sua própria cultura e seus próprios valores.

Entende-se que foi necessário muita luta envolvendo políticas públicas para que então houvesse o reconhecimento da cultura e dos valores dos povos tradicionais de uma região, como é o caso dos povos indígenas citados por Barbosa (1995). Vale ainda ressaltar que a cultura dos povos tradicionais demonstra as preciosidades locais, valores da terra, da natureza, da sua religiosidade e arte. Percebe-se desse modo que cabe à educação atuar a partir dessas particularidades, que são relevantes para o ser humano, visto que tem significação por estar e pertencer a contextualidade das comunidades.

É importante saber ler, saber escrever e interpretar o mundo a sua volta e Amartya Sen (2000, p. 56) aponta que “o analfabetismo pode ser uma barreira formidável à participação em atividades econômicas que requeiram produção segundo especificações ou que exijam rigoroso controle de qualidade (uma exigência sempre crescente no comércio globalizado)”.

Quando não se conhece o mundo letrado e não se tem a capacidade, por exemplo, de ler um jornal ou de escrever para se comunicar, compreende-se que a sua participação política pode ser limitada e/ ou prejudicada.

Reymão e Cebolão (2017, p. 7) trazem para a discussão e reflexão o fato que a educação é imprescindível para a formação das capacidades humanas e “o exercício desse direito social ou garantia protetora é que gera os instrumentos e as capacidades para o exercício da autonomia e da liberdade, tirando o indivíduo da absoluta pobreza”.

Assim, ao pensar no contexto do desenvolvimento regional, local e global, é pertinente trazer para este estudo o 4º ODS (Objetivo Desenvolvimento Sustentável), da Agenda 2030 que trata da “Educação de Qualidade”. Este objetivo trata de assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Nesse ínterim, ressalta-se também a Meta 4.7 das Nações Unidas que no Relatório foi mantida pelo Brasil sem alteração,

Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos

humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável. (IPEA, 2019).

A Meta 4.7 expõe sobre as responsabilidades de garantir para os alunos a aquisição do conhecimento e habilidades que são importantes para que haja desenvolvimento regional, estilo de vida sustentável, direitos humanos, igualdade de gêneros, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável. A partir das entrelinhas das ofertas de garantia expostas na Meta 4.7, com sua implementação é possível que haja a qualidade de vida das pessoas e conseqüentemente o desenvolvimento humano.

Nota-se que os itens supracitados da Meta 4 tem extrema relevância para o desenvolvimento regional e que cabe à educação propiciar ferramentas, estratégias e didáticas adequadas para que o aluno em sua subjetividade e diversidade possa ter acesso aos conhecimentos, a cultura e habilidades para então poder intervir no seu meio de modo a construir e transformar os espaços e a si mesmo.

Acredita-se que tais demandas sejam desafiadoras, mas que são possíveis a partir da oferta de uma educação de qualidade, comprometida com o desenvolvimento e isso pode ser que implique na necessidade da escolha de um bom currículo, foco na formação continuada e de profissionais adequados para desenvolver suas ações educativas para uma aprendizagens significativas.

Por aprendizagem significativa se entende uma aprendizagem que é mais do que uma acumulação de fatos. É uma aprendizagem que provoca uma modificação, quer seja no comportamento do indivíduo, na orientação futura que escolhe ou nas suas atitudes e personalidade. É uma aprendizagem penetrante, que não se limita a um aumento de conhecimento mas que penetra profundamente todas as parcelas da sua existência (ROGERS, 2001, P. 01).

Como dito por Rogers a aprendizagem significativa penetra a vida do indivíduo, provoca mudanças em seu desenvolvimento e esse efeito vem ao

encontro da Agenda 2030, onde o Objetivo 4 aborda o que deve ser implementado pela educação [...] a fim de alcançar o desenvolvimento sustentável, que as pessoas também consigam ter um estilo de vida sustentável, direitos humanos atendidos, que a igualdade de gêneros seja respeitada e valorizada pela sua diversidade, promoção da cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade da cultura e da sua contribuição para o desenvolvimento sustentável.

Assim, vale expor o conceito de cidadania global descrito no Relatório da UNESCO (2016), onde destaca sobre a Cidadania Global, sentimento de pertencimento e uma humanidade comum,

Cidadania global: a cidadania global refere-se ao sentimento de pertencer a uma comunidade mais ampla e a uma humanidade comum. Ela enfatiza a interdependência e a interconexão política, econômica, social e cultural entre os níveis local, nacional e global (Educação para a cidadania global: tópicos e objetivos de aprendizagem. Brasília: UNESCO, 2016).

A abordagem que surge no Relatório da UNESCO de uma comunidade mais ampla e humanidade comum, remete a ideia e reflexão de Drèze e Sen. Portanto, o Estado deve desenvolver ações para que todos tenham acesso à educação de qualidade e, conseqüentemente, promover a valorização do processo educacional, necessário ao desenvolvimento das capacidades humanas, o que resultará no desenvolvimento como liberdade. Esse elo entre desenvolvimento e educação abrange o papel essencial dos serviços públicos na efetivação de uma mudança educacional, em que o Estado deve participar ativamente, com a utilização maior de recursos (DRÈZE; SEN, 2015).

Os contextos supracitados referentes à educação e cultura neste estudo levam a crer que existe uma demanda e uma necessidade de políticas públicas que atendam de modo local, regional e global para o desenvolvimento humano e qualidade de vida.

Este estudo traz uma discussão que aborda a educação como um componente de extrema importância para o desenvolvimento do ser humano e do seu meio. Esse pensamento vem ao encontro da abordagem sócio-histórica

posto por Vygotsky, onde o ser humano é visto como um ser histórico e cultural, modela-se com a cultura e se desenvolve em grupos culturais.

Campos (2011, p.66) reitera que o pressuposto de Vygotsky se firma na teoria sócio interacionista de que o ser humano constitui-se na relação com os outros, isso ocorre porque são indivíduos que trazem história e cultura. Os homens interagem uns com os outros e com o meio onde a cultura está presente e se manifesta de diversas formas, nas pessoas, no comportamento, nas crenças ou mesmo nos objetos e construções à sua volta. Desse modo as aprendizagens acontecem por meio das vivências e trocas que acontecem ao longo da vida.

Vale assinalar que para Vygotsky a cultura não é considerada como um sistema estático mas como algo que o indivíduo passa a utilizar como instrumento pessoal de pensamento e ação no mundo, de modo que a internalização, ou seja, a formação da consciência, torna-se um processo de subjetividade, partindo de situações de intersubjetividade (CAMPOS, 2011, P. 70).

A cultura se faz presente desde os povos mais primitivos. [...] homens e mulheres usavam adornos e provavelmente se tatuavam. Revestiam as grutas e cavernas com pinturas, modelados e desenhos, e numa das épocas mais antigas, a paleolítica, fizeram as admiráveis pinturas da caverna de Altamira, na Espanha, não superadas em valor artístico pela arte posterior. Essas pinturas tinham provavelmente sentido mágico e eram destinadas a facilitar a caça aos primitivos moradores. Teriam também, talvez significado psicológico. Como diz o historiador Worringer: “Desconcertado, aterrorizado pela vida, o homem primitivo busca o inanimado em que esteja eliminada a inquietação do futuro e onde encontre fixidez permanente. Criação artística significa para ele evitar a vida e seus caprichos, fixar intuitivamente, para além das mudanças das coisas presentes, um futuro em que a mutação e o capricho são superados”. Cumpre apresentar o caráter mágico da mentalidade primitiva, que interpreta os fenômenos naturais de forma irracional, emotiva e sobrenatural e lhe atribui um espírito animador, geralmente temido e que se procura tornar propício. (LUZURIAGA,1990, P.13).

Cabe destacar a presença e importância da cultura desde os primórdios, a forma como ela se manifesta de modo individual nas pessoas e nos grupos, nas criações, no comportamento, nas crenças e na arte conforme expresso por Luzuriaga (1990) . Acredita-se que assim como a educação a cultura tem seu lugar e relevância no papel de formação e desenvolvimento do ser humano.

Não há educação que não esteja imersa na cultura da humanidade e, particularmente, do momento histórico em que se situa. A reflexão sobre esta temática é co-extensiva ao próprio desenvolvimento do pensamento pedagógico. Não se pode conceber uma experiência pedagógica “desculturizada”, em que a referência cultural não esteja presente. A escola é, sem dúvida, uma instituição cultural. Portanto, as relações entre escola e cultura não podem ser concebidas como entre dois pólos independentes, mas sim como universos entrelaçados, como uma teia tecida no cotidiano e com fios e nós profundamente articulados (CANDAU, 2003, P.4).

Ainda conforme Candau (2003, p. 166) acerca da cultura, é importante pensar a formação docente e refletir sobre a “identidade cultural: como é capaz de descrevê-la, como tem sido construída, que referentes têm sido privilegiados e por meio de que caminhos”. Abaixo pode ser observado o relato de Candau (2003) sobre a vivência com educadores durante formação ministrada por ela:

Muitos(as) profissionais da educação nos têm afirmado, em diversos momentos, que a primeira vez que haviam parado para pensar sobre essa temática tinha sido por ocasião dos exercícios propostos, que certamente mobilizaram memórias, emoções e experiências. Em muitos casos, os exercícios fizeram aflorar histórias de vida, fortemente dramáticas, em que as questões culturais geraram muito sofrimento. Os relatos de discriminação e preconceito, reprimidos e silenciados por longo tempo, mostraram-se, então, particularmente fortes. Expressar-se, dizer sua palavra, tem um efeito profundamente libertador, permitindo que a experiência do “outro” se aproxime da nossa.

Assim, acredita-se que as questões culturais estão presentes arraigadas na vida das pessoas e ao conviverem umas com as outras, expressam os seus sentimentos, seus conhecimentos, dúvidas, angústias, revoltas, preconceitos e sonhos. Todo o exposto pode permitir uma aproximação do que o outro também sente e a educação conectada com a cultura pode contribuir para uma formação mais democrática, respeito à diversidade, multiculturalidade e interculturalidade.

A educação intercultural propõe construir a relação recíproca entre indivíduos, uma relação que se dá, não abstratamente, mas entre pessoas concretas, entre sujeitos que decidem construir contextos e processos de aproximação, de conhecimento recíproco e de interação. Relações estas que produzem mudanças em cada indivíduo, favorecendo a consciência de si e reforçando a própria identidade. Sobretudo, promovem mudanças estruturais nas relações entre grupos. Nesse contexto, é condição indispensável para a prática de uma educação inclusiva, modificar olhares, rever posições pessoais e profissionais, mudar posturas e romper barreiras de atitudes, se quiser realmente empreender uma educação que se efetive nas suas concepções e práticas como articuladora e valorizadora dessa diversidade (ZANIN E KACZMAREK, 2015, P. 13).

A educação tem, portanto, papel decisivo com relação à cultura, pois, ao mesmo tempo em que é responsável pela transmissão dos processos e dos produtos culturais (desde a linguagem até os conhecimentos científicos e filosóficos e os padrões estéticos expressos na arte) deve, também, desenvolver a criatividade para renovar esses mesmos processos e produtos (MAIA, 2002, p. 8).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste estudo foi possível constatar e demonstrar a partir de pesquisa bibliográfica os conceitos de Desenvolvimento e Cultura, e como esse binômio está intrinsecamente conectado.

Buscou-se a partir do estado da arte trazer uma reflexão acerca da relevância da educação e da cultura para o desenvolvimento regional, visto que as duas fazem parte da vida do homem desde os primórdios. Como os seus pensamentos e produtos finais possuem reflexos da sua identidade, da sua forma de ser, da sua história e da sua cultura.

Constata-se a partir do levantamento bibliográfico do estado da arte, que o fator desenvolvimento precisa ser visto e valorizado sob a ótica do desenvolvimento do ser humano, da qualidade de vida dos sujeitos e que a



educação e cultura são grandes propulsoras para isso. O fato de aprender a ler e aprender a escrever, de ser alfabetizado e letrado propicia novas oportunidades, novas portas se abrem como, por exemplo, da empregabilidade. Passam a ter maior entendimento dos problemas de saúde como os epidemiológicos; verifica-se que os direitos humanos passam a ser mais estimulados e incentivados; as garantias legais são entendidas e colocadas em prática; as mulheres jovens são incentivadas nas decisões familiares. Todos os benefícios supracitados podem ser destacados a favor da educação, como um dos pilares e o caminho mais favorável para o desenvolvimento.

A educação e a cultura têm o poder de transformar pessoas, a partir do que ela é e do que pode vir a ser. Todo ser humano tem capacidades e competências que podem ser desenvolvidas e bastam ser trabalhadas, construídas ao longo do processo de ensino e aprendizagem. Saber ler e escrever pode possibilitar ao sujeito a entrada no mundo intelectual letrado e ao mesmo tempo construir estrutura para interpretar, entender e intervir no mundo à sua volta.

A partir do contexto exposto, é possível entender a relevância da cultura e sua conexão com a educação, como as duas estão inteiramente ligadas quando se trata do processo de ensino e aprendizagem e formação do ser humano.

Nos espaços formais de educação os indivíduos podem aprender frente às diversidades históricas e culturais e dessa maneira as instituições precisam atuar com maior qualidade do fazer pedagógico, Por exemplo, que tenham currículo flexível à diversidade e multiculturalidade. Tudo isso vai demandar políticas públicas sérias, comprometidas com o desenvolvimento, de uma sociedade mais democrática, igualitária e com equidade.

Nesse ínterim, entende-se também que para atender a demanda supracitada requer um foco específico na formação e identidade docente continuada, pois não basta ensinar conteúdos acumulados historicamente e não entender que cada sujeito é único, na sua forma de aprender e na sua subjetividade. Esse mesmo sujeito traz consigo sua história, sua cultura, seu

jeito de ser e de fazer que foi construído ao longo do tempo a partir da sua interação com o meio.

## REFERÊNCIAS

ALFARO, R. M. **La comunicación como relación para el desarrollo**. 2. ed. Lima: Calandria, 1993. Disponível em:

[https://issuu.com/calandriaperu/docs/una\\_comunicaci\\_\\_n\\_para\\_otro\\_desarro](https://issuu.com/calandriaperu/docs/una_comunicaci__n_para_otro_desarro). Acesso em: 14 fev.2021.

BARBOSA, A. M. T. B. Educação e desenvolvimento cultural e artístico. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, 1995. Disponível em: 40662 (ufrgs.br). Acesso em: 14 fev.2021.

BRAGA, V. et al. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. **Revista Eletrônica do programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade de Contestado. DRd – Desenvolvimento Regional em Debate**, n. Ano 2, n. 1, jul. 2012. Disponível em: ART\_ElinaldoSantos\_2012.pdf (ipp.pt). Acesso em: 12 fev. 2021.

BRASIL, C. F. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/constituicao.htm). Acesso em 05 mar. 2021.

CANDAU, Vera Maria Ferrão - Educação escola e Cultura(s): construindo caminhos. *Revista Brasileira de Educação*, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a11.pdf>. Acesso em 01 mai.2021.

CAMPOS, D. M. S. *Psicologia e desenvolvimento humano*. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes,2011.

CORÁ, M. A. J. Memória e patrimônio imaterial: formação de identidade a partir dos patrimônios culturais do Brasil. **NAU Social**, v. 4, n. 6, p. 120–132, 31 maio 2013.

DELORS, J. *Educação: um tesouro a descobrir*. 2ed. São Paulo: Cortez Elabore três tipos de fichas (citação, resumo e analítica) com base no texto: “Os 4 pilares da Educação” de Jacques Delors. Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2003

DRÈZE, J.; SEN, A. **Glória Incerta - A Índia e Suas Contradições. Tradução de Ricardo Doninelli Mendes, Laila Coutinho**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

GADOTTI, M. **História das Ideias Pedagógicas**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1996.

GODOY, E. V.; SANTOS, V. DE M. Um olhar sobre a cultura. **Educação em Revista**, v. 30, n. 3, p. 15–41, set. 2014.

GUERRA, L.; SILVA, J. Cultura e desenvolvimento: uma visão crítica dos termos do debate. In: BRASILEIRO, M. D. S.; MEDINA, J. C. C.; CORIOLANO, L. (Eds.). **Turismo, cultura e desenvolvimento [online]**. Campina Grande: EDUEPB, 2012. p. 195–233. Disponível em: brasileiro-9788578791940-10.pdf (scielo.org). Acesso em: 11 fev. 2021.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, v. 22, n. 2, 1997. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71361>.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. ODS 4- Educação de Qualidade**. Brasília, DF: IPEA, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods4.html>. Acesso em: 12 fev. 2021.

KOVÁCS, M. A dimensão cultural do desenvolvimento: rumo à integração do conceito de estratégias de desenvolvimento sustentável. **Revista Observatório Itaú Cultural**, p. 21–31, 2020. Disponível em: [https://issuu.com/itaucultural/docs/revista\\_obs27\\_final/1?ff](https://issuu.com/itaucultural/docs/revista_obs27_final/1?ff)

LOIOLA, E.; MIGUEZ, P. Sobre Cultura e Desenvolvimento. **III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, p. 16, 2007. Disponível em: Microsoft Word - ElizabethLoiola\_PauloMiguez.doc (ufba.br). Acesso em: 10 fev. 2021.

LUZURIAGA, L. **História da Educação e da Pedagogia. Tradução e nota: Luiz Damasco Penna e J. B Damasco Penna**. 18. ed. São Paulo: Nacional, 1990. v. 59

MAIA, Nelly Aleotti. Educação e Cultura Sinônimos ou sistemas em interação? Da cultura. ANO II / Nº 3 / JAN-JUN 2002. Disponível em: [http://www.funceb.org.br/images/revista/10\\_7r5u.pdf](http://www.funceb.org.br/images/revista/10_7r5u.pdf)

ORTIZ, R. Cultura e Desenvolvimento. **Políticas Culturais em Revista**, v. 1, n. 1, 12 out. 2008. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/v>

REYMAO, A.; CEBOLAO, K. Amartya Sen e o Direito à educação para o desenvolvimento humano. **Revista de Direito Sociais e Políticas Públicas**, v. 3, p. 88, 21 fev. 2018.

ROGERS, C. R. **Tornar-se pessoa**. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade. Tradução de Laura Teixeira Motta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ZANIN, F.A.; KACZMAREK, M.V. Multiculturalismo, Formação docente e o Desafio da Escola: Algumas Perspectivas. Educere XII Congresso Nacional de Educação. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20305\\_10624.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20305_10624.pdf)